

MIGRAÇÕES (TRANS)REGIONAIS/LOCAIS DA CULTURA MATERIAL ESCOLAR

Regional/local (trans) migrations of school materials culture

Migraciones (trans)regionales/locales de la cultura material escolar

CESAR AUGUSTO CASTRO

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil. E-mail: cesar.castro@ufma.br.

Resumo: Tratamos neste artigo dos processos migratórios transregionais e translocais dos objetos da cultura material escolar, tomando como território de referência a Província/Estado do Maranhão em diferentes temporalidades. Centra-se a análise e exemplificações nos mobiliários, prédios e livros escolares para respondermos à pergunta: como se processaram os fluxos de produção, distribuição e consumo desses artefatos em diferentes localidades regionais e locais e como contribuíram para atender às demandas das instituições escolares? Recorre-se aos relatórios de presidentes de província e dos governadores do estado, aos dos inspetores da instrução, aos ofícios de professores e dos diretores dos estabelecimentos e à imprensa, cruzando-se dados na perspectiva da História Cultural. Evidencia-se a existência de “redes” de produtores e fornecedores, tanto industrial como artesanal, de materiais que contribuíram para a formação de um mercado consumidor escolar e a existência de diferentes práticas pelas quais os agentes escolares (professores, alunos e gestores) fazem dos recursos naturais a mão de obra local para atender às suas demandas cotidianas.

Palavras-chave: cultura material escolar; migrações de artefatos escolares; escola como mercado.

Abstract: In this article, we deal with the transregional and translocal migration processes of objects of school material culture. We took the Province/State of Maranhão as a reference territory, in different temporalities. We focused the analysis and exemplifications on furniture, buildings and school books to answer the question: how the flows of these artifacts were processed in different regional and local locations and their contribution to meeting the demands of school institutions. We used reports from provincial presidents and state governors, reports from education inspectors, letters from teachers and school directors and the press. This study highlighted the existence of “networks” of producers, both industrial and artisanal suppliers of materials that contributed to the formation of a school consumer market and the ways in which school agents (teachers, students and managers) make use of natural resources and staff to meet your daily demands.

Keywords: school material culture; migrations of school artifacts; school as a market.

Resumen: En este artículo abordamos los procesos migratorios transregionales y translocales de los objetos de la cultura material escolar, tomando como territorio de referencia la Provincia/Estado de Maranhão en diferentes temporalidades. El análisis y las ejemplificaciones se centran en el mobiliario, los edificios y los libros escolares con el fin de responder a la pregunta: ¿cómo se procesaron los flujos de producción, distribución y consumo de estos artefactos en diferentes localidades regionales y locales y cómo contribuyeron a atender las demandas de las instituciones escolares? Para ello se recurrió a informes de presidentes de provincia y de gobernadores del estado, informes de inspectores de instrucción, oficios de profesores y directores de establecimientos, así como a la prensa, cruzando los datos desde la perspectiva de la Historia Cultural. Se evidencia la existencia de “redes” de productores y proveedores, tanto industriales como artesanales, de materiales que contribuyeron a la formación de un mercado consumidor escolar y la existencia de diferentes prácticas mediante las cuales los agentes escolares (profesores, alumnos y gestores) utilizan los recursos naturales y la mano de obra local para atender sus demandas cotidianas.

Palabras clave: cultura material escolar; migraciones de artefactos escolares; escuela como mercado.

INTRODUÇÃO

Os estudos e as pesquisas sobre a Cultura Material Escolar são promissores, em razão do quantitativo de trabalhos produzidos no âmbito nacional e local, em diferentes formatos, e divulgados em eventos da História da Educação, artigos científicos, livros, entre outros; “estudos [que] revelam como em torno dos materiais escolares foram instituídas práticas discursivas, modos de organização pedagógica, consolidação de métodos de ensino [...] dentre outras abordagens reveladas pelos pesquisadores do campo” (Souza, 2013, p. 106). Nessa direção, Castro e Castellanos (2010, p. 11) concordam, quando afirmam que:

A Cultura Material Escolar como objeto de estudo ou como fonte de investigação é uma temática que cada vez mais vem ganhando lugar de relevância no campo da História da Educação, seja pelas profícuas e férteis produções lançadas no meio acadêmico, seja pelos instigantes debates estabelecidos em eventos de âmbito internacional, nacional e local.

Esses trabalhos tratam de diversos objetos, como o mobiliário, os instrumentos de escrita e leitura, prédios escolares, dentre outros tantos¹, partindo de diversas abordagens e níveis de descrições que abordam os processos de produção, circulação e uso desses artefatos e de suas respectivas materialidades, com especial atenção para aqueles estudos que tomam a escola como um mercado “[...] consumidor tão importante que mobilizou a economia em escala mundial [nacional, regional e local]” (Vidal & Alcântara, 2024, p. 24), quer nas esferas (trans)nacionais/atlânticas, quer nas (trans)/regionais/locais, principalmente, nas últimas décadas do século XIX. Economia e intercâmbio de produtos, ideias e práticas, impulsionados pelas exposições universais e industriais², pela expansão das escolas e a obrigatoriedade escolar, dentre outros fatores que permitem “compreender não apenas a emergência de uma indústria escolar nacional/local, mas de empresas, cujas ‘redes’ de atuação em diferentes países [regiões, Províncias, Estados] promoveram um comércio [...] de artefatos e mobiliários escolares [...]” (Vidal & Alcântara, 2024, p. 46). Portanto, a história da escola como mercado deve

incluir a análise da demanda [isto é], a estruturação das necessidades, a classificação dos consumidores, os circuitos de distribuição e a organização espacial da oferta; *sobretudo o pequeno comércio tem um papel que [ainda] não foi bastante realçado* (Roche, 2000, p. 29, grifo nosso).

¹ Sobre os diferentes tipos de materiais escolares, ver Castro, Cesar Augusto. *Cultura material escolar: a escola e seus artefatos* (MA, SP, PR, SC e RS) - 1870-1925. EDUFMA: São Luís, 2011.

² A exemplo das Exposições Industriais realizadas no Maranhão em 1870 a 1880 na Casa dos Educandos Artífices.

Contudo, a literatura do campo da História da Educação/Cultura Material Escolar tem pouco realçado o pequeno comércio – regional e local –, os processos de transferência de modelos, de objetos, pessoas e práticas entre os diversos territórios brasileiros, isto é, o comércio entre províncias/estados, entre capitais e interiores, que forma uma “rede” de produtores e de fornecedores que fazem uso dos insumos e mão de obra local/regional para a confecção, distribuição e consumo dos artefatos escolares como forma de dirimir distâncias geográficas, carências financeiras para a aquisição dos objetos no âmbito nacional e/ou internacional, principalmente, para atender às crescentes e imediatas demandas dos professores, alunos e gestores em função da escola de massa e da reorganização do Ensino Público.

Para Castro (2011, p. 14), compreendermos esse trânsito permite um olhar mais alargado da Cultura Material Escolar, ao considerar-se os aspectos regionais (insumos, pessoas e cultura), a relação objeto e tipo/nível de ensino, e a relação entre ensino/cultura/gênero, posto que “o sistema social [e educativo] em que ela [a cultura das materialidades escolares] se desenrola [...] e o conjunto em que diferentes elementos se transformam, mas não forçosamente no mesmo ritmo” (Roche, 2000, p. 26) de tempo, de instituições e de territórios.

Territórios, neste trabalho, é entendido como “espaços particulares que permitem operar uma mediação entre o indivíduo e o exterior” (Pecqueur, 2005, p. 84), que dialogam entre si, tornando-se uma categoria analítica complexa, na medida em que “são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (Santos, 2002, p. 14) formados por sistemas e grupos sociais.

É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de *horizontalidades* e *verticalidades*. As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros (Santos, 2002, p. 15, grifo do autor).

A interação horizontal e vertical entre os territórios contribui, a nosso ver, para evitar o apagamento da cultura e dos objetos escolares, obscurecidos ou silenciados pela imposição da economia global que borra a história, as pessoas e suas “coisas banais”, (Roche, 2000) e das ações de pensar e atuar no interior das instituições educativas com todos os seus apetrechos escolares, como mesas, cadeiras, canetas, bancos, entre outros, confeccionados e usados por alunos e professores; pelos leques de mãos que atuaram na escrita da gramática escolar e contribuíram para desvendar as suas “caixas pretas”, às vezes guardadas a sete chaves no fundo dos armários das

memórias de quem viveu no exterior e intramuros desses espaços e fizeram uso desse conjunto de artefatos com finalidades diversas, desde as que higienizavam e puniam até as que desenhavam, em cores ou em preto e branco, o contexto que as integravam.

Portanto, neste artigo, objetivamos discutir as migrações dos objetos da Cultura Material Escolar operadas no interior do Brasil, entre as diversas regiões com suas províncias e/ou estados (territórios verticalizados) e entre essas localidades do centro para o interior (territórios horizontalizados), com destaque para os mobiliários, prédios e livros escolares, mesmo reconhecendo a complexa diversidade de materiais que fizeram parte das instituições escolares maranhenses e brasileiras em diferentes tempos e espaços.

Este artigo se justifica se levamos em consideração que o Brasil está dividido em cinco regiões geográficas³, com 26 estados e o Distrito Federal, e em 5.570 municípios, que, se por um lado permite o intercâmbio de saberes e culturas de diferentes povos, etnias, gêneros, o que faz desse país um “caldeirão de cultura material escolar”, na medida em que objetos transitam, ideias circulam e práticas se reinventam, por outro, cria-se centros de produção e periferias de consumo das “teias das coisas” (Cordeiro *et al.*, 2021) que organizaram o sentido e os modos de fazer ensino e aprendizagem em diferentes tempos e espaços das populações rurais e urbanas, dos ribeirinhos e seringueiros, dos centros para as periferias, da cidade para o campo etc., alargando-se, desse modo, o conceito de patrimônio histórico-educativo na perspectiva da cultura material e imaterial escolar.

A partir dos exemplos apresentados no decorrer do texto, analisamos as migrações entre os territórios transregionais e translocais dos objetos da Cultura Material Escolar. Por territórios transregionais, entendemos os espaços de pertencimentos em que acontecem os processos de produção, deslocamento e uso dos objetos escolares entre as diversas regiões brasileiras (Norte-Sul, Nordeste-Centro Oeste, Sudeste-Nordeste) e interprovíncias/estados (Maranhão-Piauí, São Paulo-Porto Alegre). Já por territórios translocais, os espaços de pertencimentos em que acontecem os processos de produção, circulação e uso dos objetos escolares intermunicipais, isto é, operados no interior das províncias/estados (Baixada Maranhense-Litoral, Cerrado-Sertão, entre outros).

A Cultura Material escolar, na perspectiva das migrações (trans)nacionais, regionais etc., nos permite compreender os “usos instrumentais e valor narrativo que os atores” (Escolano, 2017, p. 26), como professores, alunos, e bibliotecários, atribuem às materialidades tendo em conta os processos de produção, de circulação e uso, em diferentes tempos e territórios.

Para a tessitura deste trabalho, o Maranhão é o ponto de referência, e, a partir desse território, analisamos os processos/ações migratórias da cultura material sem,

³ No Império, o Brasil era dividido em 20 províncias e a cidade Neutra, a capital do país.

todavia, seguirmos uma dada temporalidade, posto que a intenção é descrever e analisar esses processos/ações tendo como fontes os relatórios de presidentes de província e dos governadores do estado, dos inspetores da Instrução, os ofícios de professores e diretores dos estabelecimentos e a imprensa ludovicense.

AS MIGRAÇÕES DOS OBJETOS ESCOLARES

Antônio Falcão, diretor da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão, em relatório encaminhado ao presidente de província Ambrósio Leitão da Cunha, descreve a trajetória e o trabalho de Manuel Felinto de Moraes. Pereira nasceu no povoado Gama, na freguesia de Pinheiro, província do Maranhão, e aos 12 anos ingressou na Casa dos Educandos Artífices, na oficina de marceneiro, em virtude da tenra idade, onde destacou-se pela “capacidade de trabalhar com a confecção de mobiliário para solucionar as necessidades da escola de primeiras letras da instituição” (Maranhão, 1862, p. 1). A qualidade do seu trabalho chamou a atenção de Falcão, que então deixou sob sua responsabilidade os

[...] pedidos do Inspetor da Instrução Pública para atender as demandas das escolas da capital e do interior da Província, de cadeiras para alunos, mesas para professores, quadros negros e outros objetos que atendessem as demandas dessas instituições (Maranhão, 1862, p. 1).

Pereira, pelo primor na confecção dos mobiliários, foi cognominado “mestre marceneiro das escolas”. Para a fabricação dos móveis, fazia uso das madeiras da região, “como a Sucupira, [a] Andiroba e o Bacuri” (Maranhão, 1862, p. 2).

Os móveis de Manuel Pereira foram destaque na Exposição Industrial Maranhense de 1878, como publicou o jornal *O Paiz*, em 15 de janeiro de 1878:

Sr. Redator: – Como visitante da Exposição Industrial Maranhense, que ontem inaugura-se nesta Casa dos Educandos Artífices, não sei como de prazer e satisfação deva patentear o meu júbilo, vendo coroadas do mais feliz êxito os esforços empregados pelos agentes dessa dita exposição. Além dos muitos objetos de arte e curiosidades, primorosamente acabados, que expostos, não pude deixar de admirar o grande número de quadros contendo desenhos de diversos gostos de trabalho, a maior saída de mão de senhoras e do mestre marceneiro das escolas, *o artista Manuel Felinto de Moraes, as mesas para professores, os estojos e as escrivatinhas [portátil] para a leitura e a escrita, todas de excelente gosto e acabamento* (O Paiz, 1878, p. 2, grifo nosso).

A sua fama como mestre marceneiro na confecção de móveis escolares ultrapassou as fronteiras da província do Maranhão alcançando o Piauí, Amazonas e Pará, sendo contratado pelo governo deste último território para, em um ano, “confeccionar os mobiliários para várias instituições escolares” (Publicador Maranhense, 1873, p. 2), expondo que nas “cadeiras escolares deveriam usar a madeira, [e] nos assentos [...] encostos e nas pernas o ferro”, cujo provável modelo seria oriundo da Europa e dos Estados Unidos. Será que Manuel Felinto Pereira não teve acesso aos “Catálogo[s] descritivo[s] e ilustrado[s] de móveis escolares, aparelhos, globos, mapas, gráficos, quadros negros, instrumentos matemáticos etc.” (Sousa, 2019, p. 123) que circulavam no Pará em 1879?

À falta e/ou à quantidade de objetos para atender às demandas do crescente número de estabelecimentos para ambos os sexos, da criação dos grupos escolares, das escolas normais e do ensino secundário, o governo maranhense apelou para produtores e fornecedores locais para solucionar as queixas frequentes dos professores, dos delegados literários e dos inspetores da Instrução Pública, a exemplo do ofício de José Raimundo de Sá Moscovo, professor de primeiras letras da cidade de Pastos Bons.

Comunico ao senhor [Inspetor da Instrução Pública] que nas escolas desta localidade não há cartilhas, cadernos, e material de escrita, nem quadros, bancos e mesas para os trabalhos dos alunos e professores, o que tem levado a improvisarmos esses materiais com as coisas que se encontram nesta terra abandonada de sorte e que precisa da interferência da Vossa Excelência junto ao presidente da província (Apem, Setor de Manuscritos da Instrução Pública, cx. 4, 1871).

Para resolver esta solicitação, Augusto Olímpio Gomes, presidente da província, autorizou Sá Moscovo a mandar confeccionar bancos e mesas para si, seus alunos e escolas das localidades circunvizinhas, e que fossem “contratados marceneiros da região para executarem o serviço”. Em resposta, Sá Moscovo relata que contratou “dois irmãos marceneiros para a execução dos trabalhos, sendo 20 cadeiras para a sua escola, 10 para a escola feminina de Carolina e 20 para as de Santo Antônio de Balsas” (Maranhão, 1871, p. 12). Sá Moscovo informa ainda que todos os mobiliários foram confeccionados com “Cumaru, Jatobá e Perola Rosa, com esmero e qualidade, “igualando-se aos da capital”.

Esse processo/ação de migrações dos objetos escolares ocorria entre as “instituições de referência”, como os Liceus e aqueles ambientes em que professores faziam uso de casas alugadas ou adaptações dos ambientes domésticos, muitos sem as devidas condições higiênicas. Isso comprometia não somente o andamento das atividades pedagógicas, mas todas as demais que compunham o dia a dia das escolas,

como revela Augusto Bayma, inspetor da Instrução Pública do Maranhão, em 28 de setembro de 1882.

A mobília [do Liceu Maranhense] esta gasta, as aulas sem condições indispensáveis ao ensino, são acanhadas, não ventiladas e se não imundas, pouco asseadas. A secretaria da instrução pública ocupa espaço muito limitado, (ilegível) os empregados e mais estreitando-o uma parte do arquivo ali guardado. A escrituração encontrei-a atrasada e deficiente. [...] a destruição dos hábitos e maneiras culturais visto[s] como ultrapassado[s] e degenerativos da imagem de progresso e a pregação de práticas e condutas autorizadas pela estética vigente (Maranhão, 1882).

Desse modo, para além de concebermos o mobiliário escolar como referência para a modernização das escolas, o vemos como meios indispensáveis para acomodar objetos para a leitura e escrita, organizar os espaços, distribuir os alunos por grau de adiantamento e para guardar os registros e os trâmites administrativos e colocar em evidência, por meio de mesas e estrados, o lugar de autoridade dos professores e dos possíveis castigos físicos (via régua, palmatória e manguá⁴); materiais produzidos e fornecidos para atender às dinâmicas de ensino e aprendizagem, e o controle dos corpos de crianças e jovens.

Ao que parece, esse quadro de “escolas pardieiros” (Faria Filho, 2000) durante o Império e os primeiros anos da República se fazia presente em todo o território nacional. Estudos que revelam e desvelam andaimes e os tapumes sobre as construções das instituições escolares, recorrendo a um conjunto variado de fontes, tais como as “autobiografias e diários, os relatórios das visitas de inspeção, as descrições do edifício, das salas de aula ou da vida escolar em geral, [a]s memórias de arquitetos, fotografias e plantas [...]”, entre outras (Frago & Escolano, 1998, p. 14).

Para tratamos do tema, nos apropriamos dos ofícios dos professores, a exemplo do enviado em 15 de fevereiro de 1870 por João da Cruz da Cidade de Flores (atual Timon), em que o professor de primeiras letras pedia autorização ao inspetor da Instrução Pública para retirar das “matas do Piauí, folhas de Carnaúba, para cobrir a sua escola. Para ele, esse “material era abundante” na região e apresentava como vantagens a “durabilidade, evitar o calor e as goteiras” (Cruz, 1870, p. 1). Para as paredes, sugeria o barro das margens do rio Parnaíba, e as varas seriam “amarradas com embira”. Por fim, comunicava que essa reforma não custaria nada aos cofres provinciais, por usar “mão de obra dos moradores locais”, e os bancos serem doados pelo pároco. Contudo, reforçava que, mesmo dispondo de um prédio, “não havia cadernos, livros de leitura e mesas para as aulas de escrita” (Cruz, 1870, p. 1).

⁴ Material feito de couro com haste de madeira que servia para acoitar animais.

Na reforma do Convento do Carmo, em 1837, para a instalação do Liceu Maranhense, Ayres de Vasconcelos, professor de matemática, solicitou a Sotero dos Reis, diretor da Congregação, recursos para adaptar as salas de aula. As madeiras deveriam ser compradas na cidade de Viseu, na província do Pará, e transportadas de barco até São Luís, e os pregos, tintas e ladrilhos trazidos da província do Ceará. Para além disso, deveriam ser compradas, em casas especializadas do município neutro, cadeiras e mesas para os professores, carteiras para os alunos e armários para guardar os materiais da instituição, posto que:

[...] a grade que guarnece a escadaria da entrada [do Liceu] há mister de ser pintada e o ladrilho do corredor que conduz da porta principal do estabelecimento [à] secretaria carece de ser renovado em algumas partes. Sobre a porta da entrada e na fachada do edifício é também necessário colocar-se uma tabuleta; tendo em letras douradas o nome do estabelecimento. Os bancos, mesas e poucas cadeiras que restam, já nas aulas, já na mesma secretaria estão em total deterioração e incapazes de serviço, devendo-se, portanto, suprir de novos moveis para guarnecer o estabelecimento (Maranhão, 1856).

Desse modo, fica evidente as estratégias adotadas pelos professores e dirigentes dos espaços escolares para suprir as deficiências de materiais para as construções, reformas e adaptações dos ambientes que deveriam atender a uma crescente expansão de escolas de primeiras letras, para ambos os sexos ou para o ensino secundário.

Tal situação não difere quando da criação dos grupos escolares maranhenses nos primeiros anos da República em que as reivindicações do diretor Barbosa de Godóis (1910) eram frequentes. Alegava que, para a instalação dessas “escolas modelares” e para alinhá-las a outros estabelecimentos similares criados no Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, se faziam necessárias adaptações de espaços, de modo a garantir um ambiente higiênico, com amplos corredores, janelas grandes para a entrada “dos ventos reinantes”, em vez de “vidraças quebradas, aspectos de escola antiga e mal cuidadas” (Silva, 2011, p. 101).

Para solucionar essas “urgentes necessidades”, Godóis (1910) sugere a compra de ladrilhos do Rio de Janeiro, corrimãos de ferro e outros objetos para tornar o “edifício elegante” para professores, alunos e para todos “aqueles que visitassem o estabelecimento”, para que servisse de referência predial para outros grupos escolares a serem criados no interior do estado. Entretanto, quando não havia recursos para resolver as demandas, as comunidades ocupavam o papel do estado, como aconteceu na cidade de Coroatá.

Ao receberem a escola [Grupo Escolar] e perceberem o estado de ruínas do prédio e o mobiliário quase imprestável de tão velho e desgastado, e sem recursos financeiros, resolveram envolver a comunidade e convocá-la a unir forças para reabilitar o ambiente de aulas. Saíram visitando as famílias, de casa em casa, pedindo ajuda, fizeram leilões, rifas, fogos e organizaram festas para arrecadar fundos. Conseguindo algum dinheiro, adquiriram o material necessário e começaram o trabalho de recuperação física da escola, dele participando ativamente, para admiração daquele povo, surpreso com o comportamento e dinamismo das novas professoras (Ferro, 1996, p. 119).

Silva (2011), em sua pesquisa sobre essas instituições, revela as dificuldades para a instalação de escolas primárias, secundárias, normais e os grupos escolares, principalmente no interior do estado do Maranhão, que pelas condições físicas e financeiras não favoreciam o atendimento dos princípios higiênicos e a aglomeração induzia à transmissão de doenças como sarampo, varíola e infestações de piolhos, motivos pelos quais pais retiravam seus filhos das escolas. A falta de materiais escolares, por outro lado, complicava o andamento das aulas nessas escolas, em especial, nas disciplinas que dependiam de materiais didáticos para o ensino objetivo, lições de coisas e prendas femininas. Para atender a essas instituições, símbolos da modernidade e civilidade, e minimizar a carência de artefatos, Barbosa de Godóis solicitou, ao governo do estado, a aquisição nos Estados Unidos e na França de artefatos escolares, dentre eles: cadeiras, mesas para professores e quadros parentais, entre outros.

Das notas de compra de mobília, constam móveis escolares do tipo Chandler, comprados para os Grupos Escolares de Rosário, São Luís e São Bento. Os adquiridos na Casa Fils d'Emille Deyrolle, de Paris, e em casas comerciais do Rio de Janeiro, destinavam-se à Escola Normal e à Escola Modelo. Os objetos para os laboratórios de química e física deveriam ser adquiridos nas “melhores casas do ramo em São Paulo ou Recife” (Silva, 2011, p. 108-109).

A montagem do laboratório ou gabinete de química e física se configurou como um problema específico em razão da falta de espaço nos prédios (apesar das determinações estabelecidas em lei e dos regulamentos da instrução pública de 1896 mencionarem esse problema); falta de professor habilitado para ministrar as aulas e manipular os reagentes químicos; e quantidade de itens insuficientes.

Pela dificuldade de importação de mobiliário dos Estados Unidos, “que vinham sempre avariados” (Maranhão, 1905), e pelo preço, o estado do Maranhão, para suprir

os grupos escolares em expansão, recorreu ao representante da empresa Cimo⁵ em Recife, posto que:

Com o sucesso da estratégia de estabelecimento de acordos com empresários locais a fábrica expandiu seus negócios, nomeando representantes em diversas cidades, como Belo Horizonte, Porto Alegre, Florianópolis, Joinville, Curitiba, Maceió, Aracaju, Recife, Salvador e Recife” (Silva et al., 2018, p. 18).

Entretanto, com a ampliação dos grupos escolares, foram contratadas “empresas artesanais” (Maranhão, 1905) para atender às demandas, principalmente, nas regiões mais distantes de São Luís, a exemplo da marcenaria dos irmãos Pereira e Filhos, da cidade de Imperatriz, que confeccionaram mobiliários para os municípios do sul do estado, ou a Olaria Comércio de Barro, da cidade de Rosário, que “atendia as prefeituras da Região do Norte e Baixada maranhense, com telhas, potes e filtros” (Maranhão, 1905). Por sua vez, pela proximidade com o estado do Pará, esses materiais eram adquiridos dos moveleiros e oleiros das cidades de Bragança ou Viseu para as “escolas de Carutapera e Turiaçu” (Maranhão, 1905).

Esse mercado em ampliação contribuiu para a formação de mão de obra especializada na confecção de mobiliário, que tomava como referência os modelos correntes no Brasil e que chegavam às suas mãos, provavelmente, pelos catálogos das fábricas, a exemplo da Cimo, ou pelos modelos adquiridos pelos governos locais que, depois, eram reproduzidos, formando desse modo uma transposição de *design* que ia lentamente ocupando os espaços das instituições escolares do território maranhense.

Por outro lado, a distância geográfica, as dificuldades econômicas do governo e os entraves de acesso, pela ausência de estradas e pela dependência da navegação marítima e fluvial no Maranhão, fizeram com que os dirigentes municipais e os professores apelassem para o fornecimento de materiais escolares nas cidades e regiões próximas para suprir as escolas urbanas e rurais de ensino primário e secundário, os grupos escolares, as escolas isoladas e as domésticas:

No século XIX [e XX] a produção local [regional] e artesanal do mobiliário [e de outros objetos] era o meio mais rápido e acessível para equipar escolas mais distantes ou que recebiam pouco investimento do poder público (Vidal & Alcântara, 2024, p. 116).

No estado do Maranhão, a produção artesanal atendia, desde o século XIX, as escolas rurais e as escolas urbanas; somente a partir dos anos 10 e 30 do século XX,

⁵ Empresa criada em 1921, na cidade de Rio Negrinho, norte do estado de Santa Catarina, que forneceu móveis escolares para várias escolas do Brasil.

com a política de expansão escolar do ensino de primeiras letras, o secundário e as escolas normais dos governos de Benedito Leite e Paulo Ramos, “a produção em escala industrial foi se tornando o modo predominante de suprimentos mobiliários das escolas” (Maranhão, 1909, p. 16). Esta realidade transformou os governos estaduais e municipais em um mercado promissor de consumo e de aquisição dos artefatos produzidos em outras localidades do país, em especial, do Centro-Sul, com diminuta frequência da presença do mercado internacional⁶, justificando-se, provavelmente, esta nova dinâmica pela facilidade de acesso, pelos valores dos objetos e pela possibilidade de devolução quando avariados ou pela facilidade dos transportes.

Todavia, artefatos de pequeno porte e de fácil circulação e transporte como mapas, quadros parentais e globos eram adquiridos na Maison Deyrolle para atender à Escola Normal e à Escola Modelo, de acordo com os interesses das disciplinas escolares e dos recursos autorizados, como aponta Barbosa de Godóis, diretor dessas instituições, em relatório de 1906 ao governador Benedito Leite. Em 1920, nas conferências realizadas no Congresso Pedagógico maranhense, a professora Rosa Castro e o professor Fran Paxeco chamaram a atenção para a necessidade de o governo criar fundos escolares destinados especificamente para a importação de materiais escolares “de fácil locomoção e de baixo custo” (Oliveira, 2004, p. 56) do mercado europeu ou dos Estados Unidos, como o fez o Instituto Maranhense, ao publicar no jornal *A Pacotilha*, em 22 de maio de 1925, que: “Já se acha[va]m na aduana as peças de importante mobiliário escolar que a diretoria encomendará à American Sitting Co. de Chicago, a fim de preparar conveniente as salas de aula”.

Do Rio de Janeiro, chegaram os materiais de escrita adquiridos no mercado local, mesas e estantes para guarda dos livros da secretaria: “Tudo do mais moderno e de acordo com os mais rigorosos preceitos da higiene pedagógica” (*A Pacotilha*, 1925, p. 2).

Os mobiliários “moderníssimos”, os materiais de escrita e de atividades administrativas e pedagógicas e os princípios da higiene eram elementos de distinção para atrair os interesses dos pais, como os que anunciava o Colégio Conceição de Maria, no *Jornal do Maranhão*, em 1954:

Deseja dar aos seus filhos educação esmerada? Faça uma visita ao Colégio “Conceição de Maria”, o caçula dos estabelecimentos de ensino de São Luís. Professoras especializadas – material didático e mobiliário escolar moderníssimo” (Colégio, 1954, p. 2).

Portanto, é possível demonstrar que a produção, a circulação e o uso de objetos da Cultura Material Escolar presentes no Maranhão eram oriundos de vários

⁶ O mercado internacional para o acesso aos objetos escolares se faz presente de forma mais incisiva após a criação dos Grupos Escolares; anterior a esse período (1905), em quase a totalidade, centrava-se na aquisição e produção de livros e construção e reformas dos prédios escolares.

territórios, desde aqueles confeccionados no âmbito local e regional até os de procedência nacional e internacional como forma de fazer com que as escolas pudessem funcionar e para colocar professores e alunos à frente do que havia de mais atual nas atividades de ensinar e aprender.

Para que essa maquinaria escolar funcionasse, era preciso que os espaços escolares, em vez de serem “acanhados e privados da luz solar [...] e com mobiliários compreendendo caixões velhos e carteiras dos tempos e uma carta de ABC” (Anajatuba, 1910, p. 2) se transformassem de “pardieiros em palácios” (Faria Filho, 2000). Esses palácios seriam pensados para abrigar alunos, professores e gestores e solucionar as demandas crescentes de estudantes que precisavam de lugares fora dos ambientes domésticos, das sacristias, mesmo que fossem construídos de “barro e palha, com sentinas ao invés de banheiros, com quintais em lugar de pátios, mas que fossem chamados de escola” (Anajatuba, 1910, p. 2).

Se esse movimento ocorreu no âmbito do mobiliário escolar e no meio de construção/reformas/adaptação dos espaços escolares, entre o Maranhão e outros territórios, com relação aos livros adotados nas escolas, nos parece ser aqueles nos quais é mais marcante a transposição dos objetos em nível trans(regional/local). Isso se faz pela ampliação da imprensa em várias localidades, pelas demandas oriundas das ampliações do acesso ao ensino e, certamente, pelo incentivo dado pelos governos provinciais ou estaduais aos professores para “escreverem compêndios, ou quaisquer livros, que por sua clareza, concisão e verdade” (Oliveira, 2003, p. 226) pudessem ensinar a ler, a escrever e a contar, e atender aos saberes nos diferentes níveis de ensino, como o secundário, o normal e o profissional. Saberes que deveriam inculcar os valores morais e nacionais, posto que os livros eram “um dos motores do mundo, ou que a sua influência compreende[sse] a vida material, moral e intelectual dos povos” (p. 273). Para Veríssimo (2015, p. 6), os livros escolares a serem adotados nas escolas deveriam ser escritos por brasileiros “pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos”, com descrições, notícias e ilustrações geográficas e históricas do país, criando, assim, “sentimento nacional”.

A temática livro escolar como artefato da Cultura Material Escolar tem se mostrado um campo investigativo promissor no âmbito do estado do Maranhão, com os trabalhos de Castellanos (2022, 2010), em que procura adentrar os processos de produção e circulação desses objetos no Oitocentos em diferentes espaços de sociabilidades como “em bibliotecas, a Pública Provincial, a Popular, a Militar e o Gabinete Português de Leitura” [...] (Castellanos, 2022, p. 154), procurando analisar “a natureza das obras, os autores anunciados, os lugares de produção, distribuição e consumo” (Castellanos, 2022, p. 155), quer de obras nacionais, locais ou estrangeiras, em especial as oriundas da França, posto que: “as remitências às obras francesas recomendadas, adotadas e distribuídas para o ensino primário e secundário, para escolas públicas e particulares, apresentadas ou traduzidas” (Castellanos, 2010, p. 35), que circularam e/ou foram adotadas para atender às demandas de ensino e aos

interesses de leitura dos alunos maranhenses, em certa medida, traziam no bojo a ideia presente da origem francesa de São Luís.

Se Castellanos (2022) enveredou pelo campo dos livros de leitura, Soares (2018) transitou pelos livros adotados para o ensino da matemática, em que os “conteúdos [...] não se diferenciavam dos demais livros utilizados no Brasil, principalmente os voltados para as escolas primárias” (Soares, 2018, p. 49), corroborando Bittencourt (2008, p. 189), ao afirmar “que o grande número dos livros produzidos pelos professores dessa época apresentava poucas variações entre si, iniciando a prática de plágio, sistemática que passou a caracterizar a produção didática”.

Pesquisas que revelam a pujança da produção livresca escolar no Maranhão no Oitocentos, não somente pela qualidade tipográfica, mas também pela quantidade de exemplares, a exemplo do *Livro do Povo*, que “marcou a história da imprensa no Maranhão, tanto por sua tiragem quanto por sua adoção em várias províncias do Brasil” (Costa, 2013, p. 117).

Dos trabalhos impressos pelos dois mais importantes editores maranhenses, Belarmino de Mattos e José Maria Correia de Frias, destacaram-se as obras didáticas para as escolas elementares e secundárias. Uma delas, publicada por Frias logo no início de seu ofício foi o *Livro do povo* de Antônio Marques Rodrigues, em uma primeira edição em 1861 com 4.000 exemplares, alcançou em poucos anos, uma tiragem de mais de quarenta mil exemplares e foi lida, com suas mais de duzentas páginas ilustradas e muito “bem impressas” por “sucessivas gerações de crianças brasileiras, particularmente no nordeste” (Arroyo, 1968, p. 16, grifo nosso).

Esse movimento em torno da produção de livros escolares deveu-se sobremaneira a dois impressores – Belarmino de Mattos e José Maria Correia de Frias – que impulsionaram o mercado tipográfico do Maranhão e um mercado distribuidor, representado por casas comerciais que vendiam, além de carne, farinhas, bebidas, tecidos e calçados, livros e materiais para os escolares, como cadernos, lápis, ardósias, mapas e globos, além de instrumentos musicais. Dentre elas, podemos citar a casa de Antônio Monteiro da Silva & Irmão, a de Magalhaes & família e livrarias como a Inglesa, a Moderna, em especial a Universal, a que apresentava mais variedade de títulos nacionais e internacionais. Em 1929, o jornal *O Imparcial*, publicou:

Ficou inaugurada, ontem [2 de março], pela manhã, a filial da Livraria Universal, da acreditada e conhecida firma Ramos de Azevedo [...] à Praça João Lisboa. A nova livraria está instalada com agradável disposição, impressionando [os autores] bem os mostruários dos livros, nos quais se encontram obras de vários nacionais e estrangeiros. [...], dispõe de um vasto estoque de livros escolares [...] para que os alunos que ali encontram vantagens na

aquisição de tudo que é necessário para o seu aprendizado (Livreria Moderna, 1929, p. 3).

Sobre as influências políticas no processo de distribuição de livros, Bittencourt (2008, p. 231) afirma que:

O aval do governo significava vendas garantidas e o livro escolar foi se tornando o texto impresso preferencial de empresas que cuidavam de difundir-lo a nível nacional por intermédio de uma rede de livrarias, reforçando a ideologia oficial na divulgação de um ensino escolar uniforme e padronizado.

Dos estudos de Castellanos (2022), apreende-se que os livros adotados eram provenientes de vários territórios nacionais e que obras impressas por autores maranhenses eram recomendadas nas escolas de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, a exemplo do *Livro do Povo* de Antônio Marques Rodrigues. Para divulgar a sua obra, “Antônio Marques Rodrigues encaminhou exemplares do *Livro do povo* para a cidade do Porto em Portugal. Já no Brasil, [...] o autor enviou caixotes com exemplares do livro para o Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Pará, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte” (Costa, 2013, p. 56).

Para Costa (2013, p. 160), no interior do Maranhão, 22 localidades e 733 escolas receberam essa obra, com destaque para aquelas instituições com maior número de alunos, e dentre estes os que “mais se distinguiram por sua assiduidade, aproveitamento e moralidade”. Nesse movimento das migrações dos livros escolares, as obras de Sotero dos Reis, professor de Latim do Liceu Maranhense e do Instituto de Humanidades, seguem a mesma direção do *Livro do povo* – do Maranhão para os territórios do Brasil. As obras deste autor: *Postilhas de Gramática Geral aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos* e *Gramática Portuguesa acomodada aos princípios gerais da palavra seguidos da imediata aplicação prática* receberam elogios no Rio de Janeiro, especialmente pelo *Correio Mercantil* e pelo *Diário do Rio*, sendo adotados no Colégio Pedro II, no Liceu de Pernambuco, do Pará, do Amazonas, da Bahia e no Ateneu de Sergipe, dentre outras localidades.

Sotero dos Reis ficou reconhecido por ser o primeiro brasileiro a propor a escrita de uma história literária na qual fosse reservado um espaço específico para cada uma das duas literaturas (a portuguesa e a brasileira), muito embora reconhecesse os seus complexos vínculos coloniais. Ao contrário do que essa separação pudesse sugerir, o autor não foi de modo algum um nacionalista extremista; longe disso, compartilhava um sentimento lusófilo que defendia a ideia de que a literatura brasileira possuía fortes vínculos culturais que permitiram a consolidação da cultura nacional no Brasil (Melo, 2018, p. 562).

Enquanto as obras de Marques Rodrigues centravam-se no ensino da leitura e de Sotero dos Reis, na Literatura, havia no Oitocentos grupos de professores dedicados ao ensino da Matemática, como João Antônio Coqueiro, Gomes de Souza, Fernando Luiz Ferreira, dentre outros, que versavam sobre Álgebra, Sistema Métrico Decimal, Contabilidade. As obras dedicadas a estas últimas disciplinas foram adotadas no Colégio Pedro II e tornaram-se materiais recomendados para as instituições similares do Pará, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina.

Se as obras desses autores tiveram uma circulação transregional, outras ficaram circunscritas ao Maranhão e foram produzidas para atender às necessidades de alunos cujo acesso a esses materiais, em virtude da distância geográfica da capital, era limitado. Para tanto, valeram-se da expansão de tipografias para além de São Luís, o que favoreceu a impressão dos livros. O texto *Selecta escolar* (1886), de J. S. Castello Branco, composto por pequenos contos de caráter religioso e moral, teve a sua primeira edição impressa na cidade de Caxias e, pela recepção dos alunos, foi adquirido pelo governo de estado em 1900 e distribuído para atender às escolas das cidades de Codó, Pastos Bons, São Bento e Santa Helena. O *Livro de Lúcia* (1933), de Rosa Castro, e a *Cartilha de Luiz* (1933), de Zuleide Bogéa⁷, professoras normalistas, assumiram nos anos 30 do século XX grande projeção e aceitação pelas escolas de São Luís, sendo leituras obrigatórias tanto nas escolas da capital como nas do interior, tendo ampla circulação nos estados do Ceará, Piauí, Pará e Amazonas.

Livro de Lúcia

Num gesto de fidalga distinção para nós, incumbiu-nos a provectora educadora d. Rosa Castro de ler o seu opúsculo intitulado, Livro de Lúcia, onde a par da linguagem castiça e acessível à inteligência da criança, procurou a ilustrada professora reunir lições de verdadeira utilidade nos amplos domínios do ensino moderno. A nós porque infelizmente não poderíamos fazê-lo, - não nos cabe dizer estas palavras com ares de quem, com autoridade bastante pudesse falar com precisão matemática, apontando os senões que por acaso tivesse o livreto Livro de Lucia. Entretanto, entusiasmado pelo não pequeno esforço despendido pela sua autora, satisfeito por ver mais uma vez ao peso da tenacidade irresistível tombarem obstáculos opostos pela esterilidade do nosso meio, enfim, sublimado pelo fim colimado pela incansável educadora maranhense, pois o seu ideal é trabalhar sempre pelo progresso da instrução do nosso Maranhão – tudo isso contribui para que mesmo destituídos de garantia com que falam os entendidos, nós não nos furtamos ao grato ensejo que temos de trazer a público a dantesca capacidade de trabalho de uma senhora que, graças ao seu talento, se tem sabido impor à administração pública, tornando, por múltiplas razões, o seu nome inesquecido (sic) pelo coração dos maranhenses bem

⁷ Desde a sua primeira edição (1933) até a sétima (1950) foram publicados 61 mil livros.

intencionados. Pena é que esse trabalho por que avidamente há tanto tempo aspirava d. Rosa Castro não possa de pronto substituir às demais obras adotadas nas nossas escolas primárias, algumas ceivadas de erros que só a experiência do mestre arguto pode corrigir. No livro de Lúcia estão capituladas lições que não só se moldarão ao espírito infantil pela facilidade e elegância com que foram escritas, como também as professoras de amanhã que nele encontrarão uma boa fonte para aquisição dos conhecimentos de que necessitam (Livro de Lúcia, 1924, p. 4).

Com relação à *Cartilha de Luís* (1933), o jornal *O Imparcial* publicou, em 1933, a seguinte matéria:

PUBLICAÇÕES

“CARTILHA DE LUIS” – ZULEIDE BOGÉA Oferecido por sua autora, a prosecta educadora d. Zuleide Bogéa, temos sobre a mesa um exemplar da 1ª edição da “Cartilha de Luís”, trabalhada na Typografia M. Silva. Ao folhear essa obra didática saída do cadinho maranhense, vemos bem claro que d. Zuleide Bogéa, contrariando e mesmo desprezando os velhos e démodés métodos analíticos, procurou fazer e fez um livro que preenche as finalidades práticas [...], sintético e baseado no ensino de primeiras letras, como ele é em sua realidade. O longo tirocínio da educadora d. Zuleide Bogéa é a sua própria autoridade, pois embora grem os pedagogistas da escola de Decroly, só do trato assíduo com a criança, só os longos anos de magistério podem dar autoridade aos educadores. Agradecemos daqui a oferta de d. Zuleide Bogéa, cumprimentando-a (Publicações, 1933, p. 2).

Portanto, os objetos da cultura material bibliográfica ofertada para as escolas para a leitura, a escrita, o cálculo e outras aprendizagens impressas por professores maranhenses para solucionar as demandas do ensino primário e secundário circularam em vários territórios nacionais, formando um mercado produtor e consumidor. Situação propiciada pelo avanço das artes tipográficas que, para além dos textos, passam a incluir ilustrações, como forma de atrair os interesses dos leitores.

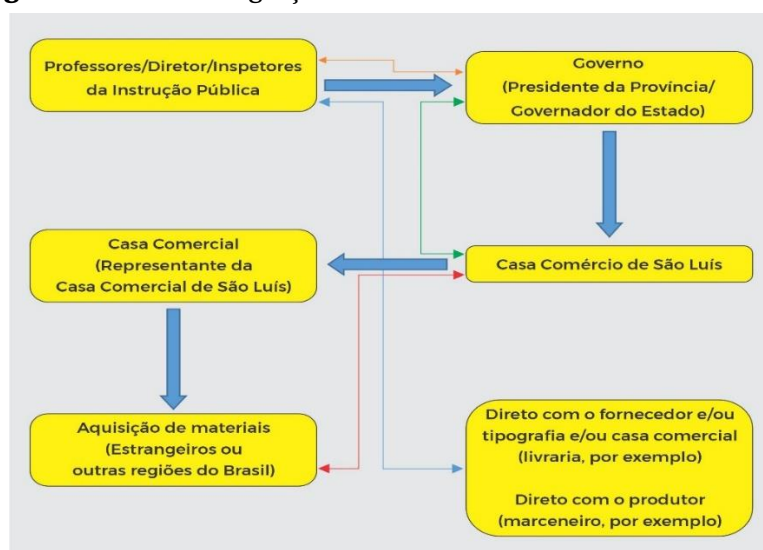
Esse movimento de produção de textos voltados para as escolas era um mercado disputado pelas tipografias maranhenses, por ser uma maneira pela qual poderiam aumentar seus ganhos em larga escala, e o estado passou a ser um comprador almejado, na contramão dos jornais, que sobreviviam por assinaturas ou compras avulsas. Daí os tipógrafos oferecerem aos professores das instituições mais conceituadas do estado, como o Liceu e os Grupos Escolares, percentuais dos lucros das vendas das obras. Também serviam como veículo de propaganda das instituições escolares, principalmente das particulares, por terem livros publicados pelos seus

docentes, como o Instituto de Humanidades, quando publicou as obras de Sotero dos Reis, e a Escola Normal Primária de Rosa Castro. Isso posto, oportunizava a publicação de “maus livros lacunares” (Diário de São Luiz, 1922, p. 3).

Diante desse avanço do mercado livreiro e da produção de obras escolares o governo do Maranhão deveria manter controle e preocupação na adoção de livros. Muitos há, à guisa de compêndios didáticos, mas que rigorosamente, não o são. E esses livros de maus aspectos lacunosos, antipedagógicos são um grande embaraço para o ensino, seja o primário, seja o secundário. Seria preciso, afim de evitar, esse inconveniente que todos os anos se reunisse um Conselho de Instrução Pública afim de proceder a escolha de livros para o ensino secundário, assim como o governo adotou para o ensino primário (Diário de São Luiz, 1922, p. 3).

Essa “Pedagogia Política” (Pedagogia Política, 1924, p. 1) na adoção dos livros escolares deveria predominar sobre aqueles que tratassem da linguagem e da história, pois eram obras “que nos auxiliam ardentemente na formação da individualidade de brasileiros e esta começa a caracterizar-se nos bancos escolares”. De igual modo, “essa mercadoria ascendente” ocasionou “uma verdadeira e impiedosa exploração que vai pelo comércio de livros”. Uma das ações do governo, que “poria freio nessa ganância desmedida, era obrigar os editores a imprimirem o preço nas obras”.

As origens das solicitações para a aquisição dos materiais e objetos escolares tiveram início com os professores ou com os delegados literários, que por meio de ofícios encaminhados ao inspetor da Instrução Pública descreviam as faltas, a situação física dos prédios, mobiliários e os livros e, ao final, listavam quantidades precisas para atender às demandas dos professores e alunos. Esse documento, ao ser recebido pelo presidente da província ou governador do estado, e aprovado total ou parcialmente, era remetido para o Tesouro Público que enviava os pedidos para as casas comerciais de São Luís que representavam empresas nacionais e internacionais localizadas no Rio de Janeiro ou Recife. As compras translocais eram feitas diretamente com o produtor ou fornecedor em situações específicas, intermediadas por estabelecimentos comerciais de São Luís, como a empresa Ramos de Azevedo. Caso os pedidos fossem adquiridos, o processo era inverso – tesouraria, inspetoria, professores/escolas.

Figura 1. Fluxo de migrações dos materiais escolares no Maranhão

Objetos que atendiam às disciplinas específicas para as escolas normais e profissionais, para os grupos escolares e de ensino secundário, a exemplo “de modelos de escultura, papéis para pintura, cartões, compasso” para as aulas de desenho do Liceu Maranhense ou “linhas e agulhas de bordar e de crochê, papel crepom e tecidos de seda para a confecção de flores” para as aulas de prendas domésticas, eram comprados no mercado do Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro. Aquisição que revela diferenças entre as escolas do interior e as da capital, em especial, nos territórios mais afastados de São Luís, com mais dificuldades financeiras e de difícil acesso, exceto aqueles em que a lavoura e os produtos de importação e exportação regiam a economia como Viana, Itapecuru e Alcântara:

A penúria do material escolar é um fato, entre nós, e ninguém poderá contesta-lo. E não raro a penúria e o melhor há o pior – a falta de material. Em muitas localidades vai tudo raso! Aqui na capital, ainda não verificamos tão graves descuidos [...] pelo menos quadro negro, giz, esponja (Paxeco, 1920, p. 2).

Quadro diferente se fazia nas escolas particulares, como apresentado pela Escola Normal Primária, criada em 1916, pela professora Rosa Castro, onde o “material escolar era o melhor possível. Quadros, murais, para o ensino de geografia, física e história natural, [assim como] globos, atlas, museu escolar, aparelhos e carteiras modernas” (Escolas, 1921, p. 1), ou como no Colégio Santa Tereza, onde “todas as partes do edifício [...] oferecem conforto, ventilação constante, muita luz e apurado asseo [...]” (Colégio, 1924, p. 1).

A perspectiva reversa das migrações da Cultura Material Escolar; isto é, de outros territórios para o Maranhão, se processava da seguinte maneira: a descrição e

a quantidade de artefatos a serem adquiridos e os fornecedores – local de proveniência e as condições de pagamento e data de entrega, a exemplo da “Casa Salvador Mesquita & Cia, da Província do Pará, [que forneceu] 20 ardósias, 130 cadernos para atender as aulas de primeiras letras da Educandos Artífices e do Asilo de Santa Tereza e para as escolas de freguesia do Bacanga” (Maranhão, 1882, p. 3). No caso dos mobiliários, como cadeiras, mesas compradas em outras localidades ou nas casas comerciais de São Luís, detalhamento do quantitativo, do material usado na confecção – tipo de madeira – e da especificação de cada peça – tamanho, altura, largura etc. Com relação aos objetos da Cultura Material Escolar bibliográfica, detalhes da obra, título, autor, matéria, série e nível de ensino e valor individual do exemplar, como descreve a nota de compra do Externato Codoense, em 1920, quando investiu na *Cartilha analítica de Arnaldo Barreto*, [...] [no] Cálculo de Joaquim Santos; [na] Aritmética intuitiva – [e no] curso elementar de Olavo Brito (Externato Codoense, 1930, p. 3). Em algumas situações, as escolas encaminhavam para as livrarias lista de livros a serem adquiridos e colocados à venda, a exemplo de Octavio Silveira, livreiro da cidade de Codó, que “além de livros forneciam cadernos para escrita, lápis e outros objetos para os alunos da cidade de Codó.

A respeito da circulação de livros escolares no Maranhão, descreve Castellanos (2022, p. 276-277):

Quanto às estratégias de distribuição, às prescrições de uso, e ao consumo real dos livros nos espaços escolares fica explícito que se a produção dessas obras, sua distribuição e adoção, dependiam do conteúdo exposto, dos métodos de ensino sugeridos, dos pressupostos teórico-metodológicos implícitos e da aceitação nas práticas pedagógicas dos professores, em vista dos resultados obtidos; por outro lado, o lugar que ocupava seu autor/remitente no cenário político e educacional, as relações estabelecidas nas diferentes esferas do poder e o reconhecimento do destinatário das remessas de obras pelos intelectuais, autores, políticos e educadores que ofereciam os livros, constituam-se em uma configuração de aspectos relacionais que garantiam a sua aprovação e adoção, sua distribuição e divulgação, não só pela importância cultural e escolar da obra, como também pelo capital social do autor ou remissor.

Os livros, mais que transmissores de conteúdos escolares, se constituem em um artefato privilegiado para inculcar normas de civilidade e comportamento moral, e a sua circulação entre diversos territórios permite uma possível uniformidade dos conteúdos e das formas de disciplinamento dos alunos perante a sociedade e os valores nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendermos a Cultura Material Escolar em uma perspectiva transregional e translocal é uma possibilidade fértil para revermos os processos de produção, circulação e usos em tempos e espaços distintos e identificarmos os sujeitos que faziam uso dos diferentes materiais que adentravam os ambientes escolares e consolidavam a utilização de uma Cultural Material Escolar. Ao mesmo tempo que nos permite olharmos as divergências presentes no Brasil em termos de acesso, produção e fornecimento de meios físicos e materiais para que professores e alunos pudessem exercer as suas atividades cotidianas.

Percorrer a história da cultura material nessa proposta e ainda darmos a conhecer as maneiras adotadas pelos dirigentes e docentes em função dos materiais presentes no entorno para construírem mesas, cadeiras e bancos, construírem tetos ou levantar paredes para que meninos e meninas desvendassem o universo do ler, do escrever e do contar. Materiais e objetos que atravessam cerrados e florestas, navegam entre rios e mares, deslocando-se entre territórios regionais – do Sul para o Norte, do Sertão para o Cerrado, das florestas para os pampas –, formando, por conseguinte, uma rede de sujeitos que os utilizavam, os confeccionavam e atendiam às demandas das escolas, principalmente, das regiões mais longínquas dos centros das províncias e/ou estados. Mas também aproximavam os distantes, os isolados em que o mercado escolar industrial nem sempre se fazia presente, quer pelos custos, quer pelas dificuldades dos governos em atender ao crescente número de alunos que ingressava nas instituições e que careciam de livros, cadernos, lápis e outros artefatos. Será que a palha, o barro, as mesas e cadeiras de Angelim, Araucária, Cedro não ocuparam os espaços escolares brasileiros mais que aqueles adquiridos na França ou nos Estados Unidos?

Analisarmos as migrações dos artefatos da Cultura Material Escolar entre as províncias e/ou estados, das capitais para o interior, é perceber a escola como instituição que, para fazer a sua maquinaria funcionar, usava os meios, os recursos e as habilidades das pessoas para construir “teias das coisas” para que o ensino e a aprendizagem chegassem nos mais distantes territórios brasileiros. Aqui, procuramos evidenciar como a produção, a circulação e o uso dos móveis, das construções dos edifícios e os livros em uso nos espaços escolares migraram do Maranhão para outros territórios (vice-versa), formando uma rede de construtores e fornecedores dos objetos da Cultura Material Escolar que, em certa medida, rivalizaram com os processos industriais e artesanais, estes voltados, especificamente, para atender às demandas locais e imediatas, criando diálogos entre maranhenses e agentes de outros territórios que, mesmo distantes, se aproximavam pela partilha das materialidades escolares.

Por fim, foi possível entendermos que os fluxos migratórios é uma possibilidade de alargarmos os estudos e as investigações sobre os artefatos da Cultura Material Escolar que foram produzidos, circularam e foram usados por alunos, professores e gestores (públicos e privados) para solucionar os processos e as ações cotidianas das

escolas brasileira, em particular das maranhenses, em função das práticas e da diferenciação dessas práticas.

REFERÊNCIAS

- Anajatuba. (1910, 23 de junho). *A Pacotilha*.
- Arroyo, L. (1968). *Literatura infantil brasileira*. Melhoramentos.
- Bittencourt, C. M. F. (2008). *Livro didático e saber escolar (1810–1910)*. Autêntica.
- Castelo Branco, J. S. (1886). *Selecta escolar*. Tipografia de Frias.
- Castellanos, S. L. V. (2010). *Práticas leitoras no Maranhão na Primeira República: Entre apropriações e representações*. Edufma.
- Castellanos, S. L. V. (2022). *A circulação dos livros escolares franceses no Maranhão Império*. Edufma.
- Castro, C. A. (2010). A presença dos materiais escolares no Maranhão oitocentista. In C. A. Castro & C. E. Cury (Orgs.), *Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste*. Edufma.
- Castro, C. A. (2011). *Cultura material escolar: A escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870–1925)*. Edufma.
- Castro, R. (1933). *O livro de Lucia* (5ª ed.). Typografia Teixeira.
- Colégio. (1924, 21 de março). *O Imparcial*.
- Colégio. (1954, 13 de maio). *Jornal do Maranhão*, p. 2.
- Cordeiro, A. B., Garcia, G. A., Kinchescki, A. P. S., & Kanazawa, J. N. (Orgs.). (2021). *A teia das coisas: Cultura material escolar e pesquisa em rede* (1ª ed.). CRV; NEPIE/UFPR. <https://doi.org/10.24824/978652511965.6>

Costa, O. A. da. (2013). *O livro do povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861–1881)* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24042013-134450/>

Cruz, J. da. (1870, 15 de fevereiro). Carta ao inspetor da Instrução Pública.

Diário de São Luiz. (1922, 12 de junho). (n. 161, p. 3).

Escolas. (1921, 12 de março). *O Imparcial*.

Escolano, A. (2017). *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia* (H. H. P. Rocha & V. L. G. da Silva, Trad.). Alínea.

Externato Codoense. (1930, 13 de setembro).

Faria Filho, L. M. de. (2000). *Dos pardieiros aos palácios: Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. UPF.

Ferro, M. do A. B. (1996). *Educação e sociedade no Piauí republicano*. Fundação Cultural Monsenhor Chaves.

Frago, A. V., & Escolano, A. (1998). *Currículo, espaço e subjetividade: A arquitetura como programa*. DP&A.

Livraria Moderna. (1929, 2 de março). *O Imparcial*.

Livro de Lúcia. (1924, 15 de maio). *Diário de São Luís*, p. 4.

Maranhão. (1856). Relatório de Ayres de Vasconcelos sobre o Liceu Maranhense. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Maranhão. (1862). Relatório do diretor da Casa dos Educandos Artífices Antônio Falcão. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Maranhão. (1871). Relatório apresentado na instalação da Assembleia Legislativa da Província (3 de maio de 1871).

- Maranhão. (1882). Relatório de Augusto Bayma, inspetor da Instrução Pública do Maranhão, apresentado na Assembleia Legislativa da Província (28 de setembro de 1882).
- Maranhão. (1905). Relatório de Antônio Baptista Barbosa de Godóis ao governador do Estado Alexandre Collares Moreira (Anexo 5). Typ. Frias.
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u383/000002.html>
- Maranhão. (1909). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Maranhão em 11 de fevereiro de 1909*.
- Melo, C. A. de. (2018). Francisco Sotero dos Reis e a escrita das histórias literárias no Brasil. *Muitas Vozes*, 7(2), 556–570.
- Oliveira, A. (2003). *O ensino público*. Brasília: Senado Federal.
- Oliveira, R. S. (2004). *Do contexto histórico às ideias pedagógicas predominantes na escola normal maranhense e no processo de formação das normalistas na Primeira República* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Maranhão].
- O Paiz. (1878, 15 de janeiro). (n. 32).
- Paxeco, F. (1920, 23 de setembro). Penúria das escolas. *O Imparcial*.
- Pecqueur, B. (2005). O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 24(1–2), 10–22. <https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.243>
- Pedagogia Política. (1924, 10 de março). *Diário de São Luiz*, (n. 59).
- Publicador Maranhense. (1873, 20 de março), p. 2.
- Roche, D. (2000). *História das coisas banais: Nascimento do consumo – séculos XVII–XIX*. Rocco.

Santos, M. (2002). O retorno do território. In M. L. Silveira (Org.), *Território: Globalização e fragmentação*. Hucitec.

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

Silva, D. R. da. (2011). *A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão (1903–1920)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Maranhão].

Silva, V. L. G. da, Souza, G. de, & Castro, C. A. (Orgs.). (2018). *Cultura material escolar em perspectiva histórica: Escritas e possibilidades* (Coleção Horizontes, Vol. 14). Edufes.

<https://edufes.ufes.br/items/show/565>

Soares, W. de J. B. (2018). *Uma história, uma cidade e os primórdios da matemática escolar*. Appris.

Sousa, M. do S. A. de. (2019). *O mobiliário escolar na instrução pública primária do Pará na Primeira República: Entre as “vitrines do progresso” e o “estado de ruínas”* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará].

<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11913>

Souza, R. F. de. (2013). Objetos de ensino: A renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. *Educar em Revista*, (49), 103–120.

<https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000300007>

Veríssimo, J. (2015). *A educação nacional*. Editora PUC Minas.

Vidal, D. G., & Alcântara, W. R. (2024). *História econômica da escola*. Editora Unesp.

CESAR AUGUSTO CASTRO: Professor Titular da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998). Pós Doutor em Educação pela USP (2006), Universidade do Porto (2011), Universidade de Lisboa (2022) e Universidade de São Paulo (2023). Editor da Revista Caderno de Pesquisa da UFMA (Educação). Atualmente exerce o cargo de Diretor do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFMA. Desenvolve estudos e pesquisa sobre História da Educação (Cultura Material Escolar, Instituições Escolares e imprensa de ensino). História do Livro e da Leitura e História das Bibliotecas e da Biblioteconomia.

E-mail: cesar.castro@ufma.br

<http://orcid.org/0000-0001-7650-895X>

Recebido em: 09.08.2025

Aprovado em: 20.12.2025

Publicado em: 16.03.2026

EDITOR-ASSOCIADO RESPONSÁVEL:

Raquel Discini de Campos (UFU)

E-mail: raqueldiscini@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-5031-3054>

RODADAS DE AVALIAÇÃO:

R1: três convites; nenhum parecer recebido.

R2: três convites; um parecer recebido.

R3: dois convites; um parecer recebido.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Castro, C. A. Migrações (trans)regionais/locais da cultura material escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, 26, e408. DOI:

<https://doi.org/10.4025/rbhe.v26.2026.e408>

FINANCIAMENTO:

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada N° 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENCIAMENTO:

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).

DISPONIBILIDADE DE DADOS:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.